

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.350.631 - RS
(2018/0215489-4)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : ELIANE CASSELA NOVOA
ADVOGADO : ELIANE CASSELA NOVOA (EM CAUSA PRÓPRIA) -
RS035093B
EMBARGADO : MANOEL HERMINIO LIMA
ADVOGADOS : SÉRGIO BRAIBANTE PEREZ - RS025614
JONATAN OLIVEIRA DA SILVA - RS093755

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, opostos por ELIANE CASSELA NOVOA, em face de decisão monocrática da lavra da Presidência desta Corte, acostada às fls. 449/450 (e-STJ), que não conheceu do agravo em recurso especial ante a ausência de impugnação aos fundamentos do julgado de inadmissibilidade.

Irresignada, a parte sustenta, em síntese: i) o *decisum* foi omissis quanto ao caso, referente à ação de cobrança e arbitramento de honorários advocatícios, na qual foi atribuída gratuidade de justiça; ii) a Lei 15.016/2017, que determina a isenção do pagamento das custas judiciais se aplica aos honorários advocatícios, em razão do seu caráter alimentar; iii) a decisão embargada deve ser reformada para que lhe seja concedida a isenção das custas e despesas processuais, o que inclui os honorários majorados nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15; iv) impugnou o fundamento relativo à deserção e "não cabimento do REsp", logo, o agravo deve ser conhecido. Reitera, por fim, as razões do agravo em recurso especial.

Sem impugnação.

É o relatório.

Decido.

1. Nos estreitos lindes do art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontráveis em decisão, ou acórdão.

Na presente hipótese, a decisão ora embargada não conheceu do agravo em recurso especial, haja vista a ausência de impugnação a todos os fundamentos do julgado de inadmissibilidade.

A instância ordinária inadmitiu o recurso especial com base nos seguintes fundamentos: a) incidência da Súmula 187/STJ, ante a deserção do recurso, pois a parte intimada, não regularizou o vício relativo à ausência de preparo; b) não cabe alegar, na via especial, a ofensa a dispositivos constitucionais; c) o conhecimento da pretensão recursal encontra óbice na Súmula 7/STJ.

No agravo em recurso especial (fls. 391/406, e-STJ), a parte defendeu, em síntese: 1) houve o recolhimento das custas processuais, com o recolhimento das custas em dobro; 2) a instância ordinária, ao se omitir acerca das questões suscitadas nos aclaratórios, violou o duplo grau de jurisdição e o devido processo legal e, por conseguinte, malferiu o art. 5º, LV, da CF; 3) os honorários de sucumbência pertencem ao advogado, conforme disposição expressa do art. 23 da Lei 8.906/1994, sendo nula qualquer cláusula que retire o direito ao seu recebimento, conforme art. 24, § 3º, do

mesmo diploma legal; 4) o acordo realizado entre o cliente e o causídico não impede o recebimento da verba honorária sucumbencial; 5) os dispositivos mencionados no apelo nobre foram prequestionados; 6) foi coagida a assinar o recibo que consta nos autos, restando caracterizado o "fundado temor de dano iminente e considerável aos seus bens, previsto no art. 151 do CC"; 7) a majoração dos honorários contrariou a Lei 15.016/2017, visto que as demandas nas quais se buscam a cobrança de honorários isentam a parte do pagamento das custas e despesas processuais; 8) inaplicável a Súmula 7/STJ, pois não pretende o reexame de provas, mas sim a análise de matéria de direito.

Com efeito, ainda que se considere que a afirmação de que houve pagamento do preparo seja capaz de infirmar a aplicação da Súmula 187/STJ, merece ser mantido o decreto de não conhecimento do reclamo. Isso porque a ora embargante não infirmou o fundamento de que não cabe alegar, na via especial, a vulneração a artigos da Constituição Federal.

No tocante ao pedido de isenção do pagamento da verba honorária majorada, verifica-se que não há qualquer vício no julgado, que ressaltou a eventual concessão de justiça gratuita, conforme se vê em trecho a seguir destacado:

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

A irresignação da embargante se resume ao seu mero inconformismo com o resultado do julgado, que lhe foi desfavorável. Não há nenhum fundamento que justifique a oposição dos embargos de declaração, que se prestam tão somente a sanar os vícios acima mencionados e não a reapreciar a causa.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

2. No caso, não se constata os vícios alegados pela embargante, que busca rediscutir matéria devidamente examinada pela decisão embargada, o que é incabível nos embargos declaratórios.

3. Embargos de declaração rejeitados, com advertência de multa.

(EDcl no AgInt no REsp 1674146/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 21/11/2017)

Logo, não há falar em quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/15, sendo imperiosa a rejeição dos embargos.

2. Do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

